



Diálogos desejáveis entre as áreas de morfologia urbana e de paisagem: Uma perspectiva do Sul

Eugênio Fernandes Queiroga 

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: queiroga@usp.br

<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i2.420>

Introdução

Este breve ensaio pretende convidar as(os) leitoras(es) a uma reflexão sobre ganhos que as áreas da arquitetura da paisagem e da morfologia urbana podem obter ao dialogar sobre um tema em comum, os espaços livres, entendidos sob uma razão sistêmica, ou seja, compreendidos enquanto elementos de um Sistema de Espaços Livres (SEL). Parte-se de dois alertas conceituais: a morfologia urbana não é formalista e a paisagem não é sua fisionomia. Em seguida, discorre-se sobre a pesquisa acerca dos SELs em cidades e metrópoles brasileiras e como tais estudos podem trazer contribuições para o campo disciplinar da morfologia urbana, inclusive buscando alternativa no âmbito do ensino de graduação em arquitetura e urbanismo. Tais contribuições visam, ao fim, contribuir para proposições de políticas públicas que qualifiquem o ambiente urbano em proveito dos cidadãos e dos demais seres vivos que os habitam.

A morfologia urbana não é formalista

No Brasil, entre as abordagens consideradas fundantes da disciplina de morfologia urbana, a pioneira e mais difundida é a sintaxe espacial, graças, sobretudo aos esforços iniciais do “grupo de Brasília” liderado pelo professor Frederico Holanda (2002), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, desde meados dos anos 1980. No final do século XX, a escola inglesa de morfologia urbana começou a ser disseminada pela professora Stäel Pereira Costa (2015), da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. No presente século, com a paulatina participação de professoras(es) pesquisadoras(es) brasileiras(os) nas Conferências promovidas

pelo *International Seminar on Urban Form* (ISUF) e com a criação da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM), a difusão da disciplina de morfologia urbana começou a ganhar espaço em algumas faculdades de arquitetura e urbanismo brasileiras, sobretudo instaladas em universidades públicas e confessionais. O mesmo se verificou nos cursos de carga horária mais enxutos das inúmeras faculdades privadas de arquitetura e urbanismo, e não se tem conhecimento sobre a existência de inserção de conteúdos da disciplina de morfologia urbana nos cursos de geografia do país.

Se a escola inglesa tem em Michael R. G. Cozen¹, geógrafo alemão radicado na Inglaterra desde 1933, seu precursor, com trabalhos teóricos, práticos e profissionais no âmbito do planejamento urbano, por que os cursos de geografia brasileiros e a maioria das disciplinas de planejamento urbano no país não oferecem conteúdos de morfologia urbana?

Certamente não há uma resposta simples e única, mas vale mencionar a existência de um certo preconceito no âmbito acadêmico brasileiro, na área das Ciências Sociais Aplicadas, para os estudos morfológicos, tidos para muitos como estudos formalistas, de viés determinista, como se os morfólogos fossem aquele grupo de pesquisadores que deseja explicar as cidades a partir das formas, ignorando os processos dialéticos de sua produção. Há no campo disciplinar da geografia urbana brasileira e mesmo na área de planejamento urbano uma forte negligência aos estudos das formas urbanas, como se a forma física do espaço urbano fosse uma questão menor diante das desigualdades socioespaciais que colocam em situação de risco e vulnerabilidade socioambiental

parcelas significativas da população pobre brasileira.

Esta visão reducionista do campo disciplinar da morfologia urbana é certamente equivocada e preconceituosa. De maneira sintética pode-se definir a morfologia urbana como “[...] o estudo das formas urbanas e dos agentes e processos responsáveis por sua transformação [...]” (Oliveira, 2022, p. 28), ou ainda “ciência da forma, ou dos vários fatores que governam e influenciam a forma” (Lozano, 1990, *apud* Oliveira, 2022, p. 29).

Definitivamente a morfologia urbana não se caracteriza como nenhum tipo de formalismo. Ocupar-se da compreensão das transformações do espaço físico das cidades não é tarefa menor, uma vez que a forma é uma dimensão fundamental do espaço. A forma é uma categoria analítica do espaço, assim como também são a função, a estrutura e o processo (Santos, 1985). Isolar qualquer uma destas categorias, isto sim significaria uma redução determinista do espaço, seja de carácter formalista, funcionalista ou estruturalista.

A paisagem não é sua fisionomia

A definição de paisagem mais convencional, dos dicionários, como se sabe é a “extensão de território e de seus elementos que se alcança num lance de olhar; panorama, vista” (Michaelis, 2024). Embora pareça elementar, nesta definição estão contidas noções fundamentais: um sujeito-observador, sua capacidade perceptiva, o olhar, um território e seus elementos constitutivos. Na origem etimológica, paisagem vem do francês, *paysage*, e com a mesma raiz linguística tem-se *pays* (país) e *paisans* (camponês). Em alemão país, campo, homem do campo e paisagem possuem a mesma raiz etimológica: *land*, *landleben*, *landmann* e *landschaft*, respectivamente. Portanto, na origem do termo paisagem em francês, ou em alemão, a noção de território (país, *pays*, *land*), campo e pertencimento pode ser intuída e relacionada.

Em 1913, Simmel (2013) publicou artigo seminal intitulado “Filosofia da paisagem”, onde propôs a paisagem como categoria filosófica de compreensão do mundo e da natureza. Para Simmel (2013), a paisagem não pode ser decomponível em partes, ou em

elementos, a paisagem só é apreensível verdadeiramente como síntese, de maneira simultaneamente estética e ética, daí decorre uma forma de apreender o mundo. Paisagem é então uma totalidade, suas transformações ao longo dos processos temporais, abióticos, bióticos e antrópicos se constituem em processos de totalização, para além de simples manifestação fisionômica de tais processos.

Para Berque (2013), a paisagem se constitui numa “mediância”, mediação que supera em si, a falsa questão entre subjetividade e objetividade da existência interior e exterior da paisagem. Não se trata mais de um sujeito que observa à distância uma porção do território, mas de uma relação entre sujeito e o meio que o cerca, ambos se modificando simultaneamente, um pelo outro, dialeticamente. A paisagem não é, portanto, apenas fisionomia.

O SEL, as formas e as paisagens urbanas

Desde Magnoli (1982), define-se espaços livres como todos aqueles livres de edificação, como praças, ruas e parques, quintais e pátios descobertos, mas também os cursos d’água, florestas e campos cultivados, dentre outros. Miranda Magnoli afirma, assim, um alargamento do campo de atuação da arquitetura da paisagem (Queiroga, 2006). Silvio Macedo e colegas do Laboratório Quadro do Paisagismo do Brasil da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (Lab QUAPÁ – FAU-USP) propõem como objeto de pesquisa os sistemas de espaços livres (SELS) e funda-se em 2006 a Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL². Entende-se que toda e qualquer cidade possui um SEL, na medida em que, ao menos, toda cidade possui um sistema viário (Queiroga; Benfatti, 2007, Macedo *et al.*, 2018).

Para o estudo dos SELs todo espaço livre importa, não como elemento em si, mas em suas relações efetivas e potenciais dentro do SEL em que está inserido. Assim, contribui-se para o entendimento e para a formulação de propostas de qualificação dos SELs, do ambiente e da paisagem urbanas. A ênfase na perspectiva sistêmica para a compreensão dos espaços livres, públicos ou privados, contribui com grau maior de complexidade aos estudos

morfológicos baseados no esquema tradicional: rua, quadra, lote e edifício, enquanto componentes do tecido urbano. O SEL urbano se relaciona a um SEL maior, de escala regional. O entendimento dos SELs impõe a interescalaridade.

Evidentemente, as questões histórico-geográficas de produção das formas urbanas não incidem somente sobre os espaços edificados, mas também sobre os espaços livres, isto nada tem de novo para a morfologia urbana enquanto campo disciplinar. A contribuição das pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Rede QUAPÁ-SEL³ para os estudos da morfologia urbana que aqui se quer destacar é a abordagem sistêmica sobre os espaços livres, resultante indissociável de processos antrópicos e naturais.

Entre os elementos constitutivos das formas urbanas, os SELs são os que mais fortemente estabelecem relações entre os processos socioespaciais e os processos naturais. A base geomorfológica, a hidrografia, os domínios fitogeográficos, as dinâmicas ecológicas, o clima em suas várias escalas, são fatores importantes para a compreensão e para a proposição de SELs.

As paisagens e formas urbanas têm nos SELs fator duplamente importante:

— É pelos espaços livres públicos que se tem o maior número de experiências e de vivências da paisagem urbana. Nos sistemas de espaços livres públicos (SELsPub) dão-se as apreensões públicas das formas urbanas, os SELsPub abrigam a quase totalidade das práticas espaciais de vida pública, são espaços de construção da cidadania (Queiroga 2012);

— Os SELs se constituem em elemento infraestrutural das cidades, não apenas porque é neles que se instalam a maior parte das redes de infraestrutura urbana convencionais (de transportes, de energia, saneamento ambiental etc.), bem como são os SELs o suporte maior da vegetação e da drenagem urbana, elementos cada vez mais importantes para a resiliência urbana, notadamente diante da emergência climática atual (*vide* figuras 1 e 2).

Não existe tão pouco um SEL urbano isolado, apartado do conjunto dos espaços edificados. Os espaços livres e os espaços edificados são os dois elementos inseparáveis que constituem as formas urbanas. A cartografia produzida pelo Lab QUAPÁ sobre SELs desde o início (2007) sempre relacionou os SELs e as formas urbanas (*vide* figuras 3 e 4).



Figura 1. Vista parcial de Maringá – PR, Brasil (fonte: Acervo QUAPÁ, 2009)



Figura 2. Vista Parcial da Riviera de São Lourenço, Bertioga – SP, Brasil (fonte: Acervo QUAPÁ, 2007)

Curitiba - Espaços Livres Intraquadra

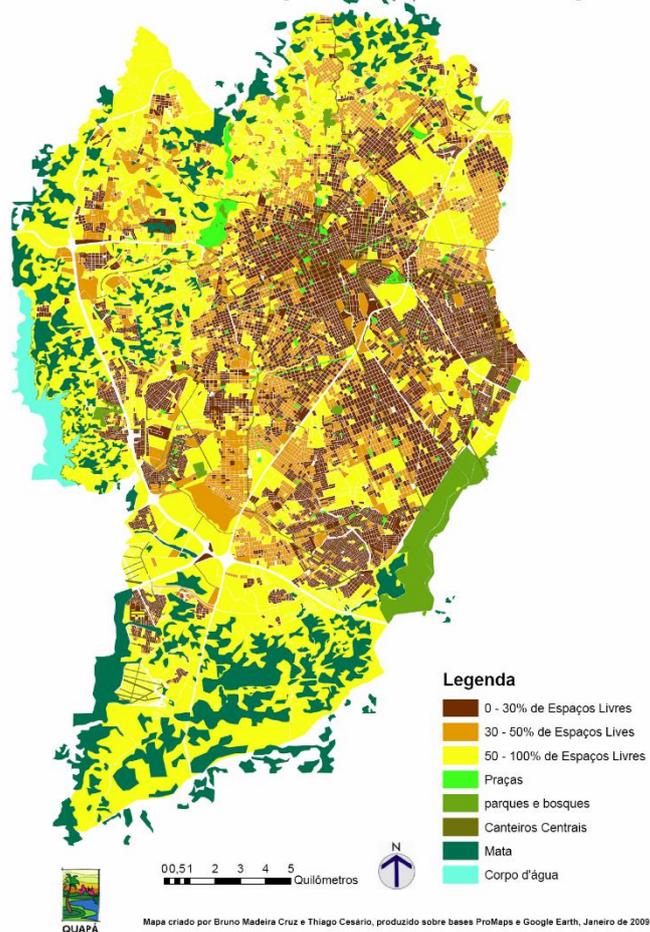


Figura 3. Mapa de espaços livres intraquadra do município de Curitiba-PR, Brasil (fonte: Lab QUAPÁ, 2009)

Aspectos morfológicos - São Paulo Agrupamentos principais

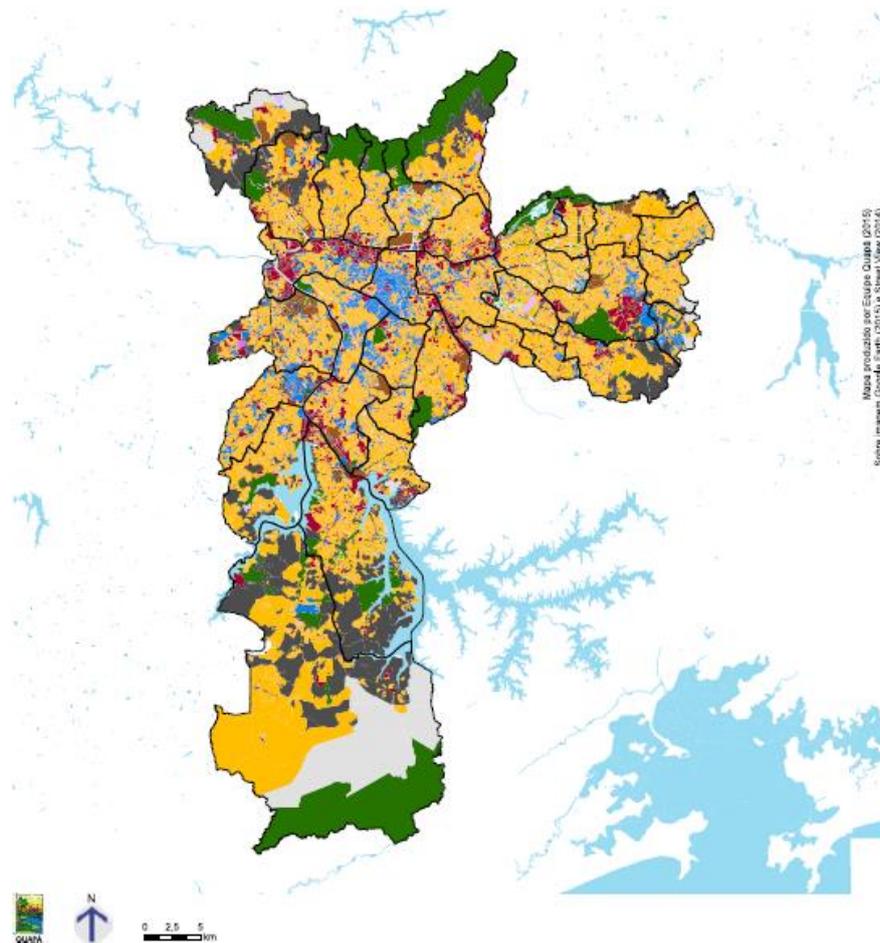


Figura 4. Mapa de padrões do município de São Paulo – SP, Brasil. Edificações horizontais de pequeno porte (amarelo); edificações horizontais de grande porte (vermelho escuro), verticalização (azul médio); parques (verde escuro); áreas não ocupadas (cinza escuro); áreas não urbanizadas (cinza claro) e hidrografia (azul claro) (fonte: Lab QUAPÁ, 2015)

Uma palavra sobre o ensino

No Brasil, os cursos de graduação em arquitetura são também de urbanismo e de arquitetura da paisagem, que buscam uma formação generalista, capacitando o profissional, denominado de arquiteto e urbanista, a atuar nos mais diversos campos da arquitetura, do urbanismo, da arquitetura da paisagem e do planejamento urbano e regional. A carga horária mínima de 3.600 horas exigida legalmente para os cursos de arquitetura e urbanismo, por vezes, não é suficiente para se alcançar uma formação crítica, teórica e prática consistente em todas

as áreas de atuação. Neste contexto, conteúdos de morfologia urbana e de SELs, ainda pouco frequentes nas grades horárias de inúmeros cursos de arquitetura e urbanismo do país, não precisam ser ministrados em disciplinas específicas, mas são fundamentais para a formação dos futuros arquitetos e urbanistas que venham a atuar nos campos do urbanismo, da arquitetura da paisagem e do planejamento urbano e regional⁴.

Planos de SELs começaram a ser formulados de maneira mais abrangente em importantes cidades brasileiras a partir da década de 10 deste século, articulando questões urbanísticas

e de planejamento paisagístico-ambiental⁵. A inter-relação entre os campos da arquitetura da paisagem, do planejamento paisagístico-ambiental, do urbanismo e do planejamento urbano e regional no âmbito profissional podem estimular práticas de ensino mais integrativas entre tais áreas. Neste sentido, a compreensão sistêmica dos espaços livres associada ao ensino de morfologia urbana pode contribuir muito para a formação dos futuros arquitetos e urbanistas.

Negligenciar o ensino da morfologia urbana, bem como sobre os SELs como se fossem aspectos de menor relevância diante de questões tidas como prioritárias, como a provisão habitacional de interesse social, o saneamento básico e o planejamento de transportes, na verdade apenas empobrecem as tais “questões prioritárias”. Morar não se resume à unidade habitacional, a saúde das populações urbanas se relaciona cada vez mais à presença de uma rede de espaços vegetados mais qualificada e melhor distribuída (Almeida, 2024) junto aos bairros residenciais. A mobilidade ativa se potencializa ao melhor relacionar os espaços livres e o controle das formas de ocupação do solo, formas urbanas (dos espaços edificados e livres) mais equilibradas possibilitam estimular o caminhar e o pedalar. As questões de drenagem urbana e das infraestruturas verdes (Moura, Pellegrino, Martins, 2014) podem se relacionar a formas urbanas com maior densidade e, ao mesmo tempo, com bons índices de espaços livres vegetados (Sanches, 2020).

Considerações finais: o SEL como estrutura para habitar o mundo

Enfatizar a relevância dos SELs no estudo da morfologia urbana torna-se imprescindível na contemporaneidade, diante do aquecimento global e a consequente emergência climática que se presencia, com fortes e desiguais impactos socioambientais, decorrentes dos fenômenos climáticos extremos mais intensos e mais frequentes, assim como ondas de calor também mais fortes e recorrentes, agravadas

por ilhas de calor urbanas.

O SEL se apresenta como uma estrutura fundamental na elaboração de propostas de qualificação socioambiental do meio urbano. As especificidades das cidades brasileiras e lusófonas em geral são inúmeras, não há, portanto, uma “receita pronta”, mas sim alguns princípios que devem ser observados, a começar pelo reconhecimento, justamente, das peculiaridades de cada lugar⁶. É necessário compreender e propor medidas que garantam a biodiversidade e as seguranças hídrica e alimentar das cidades e regiões, portanto, planejar o SEL envolve não apenas o SEL urbano, mas também o SEL regional, em seus fatores bióticos e abióticos, culturais e econômicos. As dinâmicas de transformação morfológicas precisam ser compreendidas e controladas, não há saída justa e sustentável se não houver controle sobre as ações dos agentes relacionados ao capital imobiliário, se não houver políticas habitacionais adequadas. Também é fundamental dar voz às populações tradicionais e suas práticas espaciais sustentáveis.

Os SELs não apenas prestam inúmeros serviços ambientais e ecossistêmicos, mas também podem, inclusive, contribuir na revisão do “paradigma ocidental moderno clássico” (POMC) que, para Berque (2023), precisa ser superado diante da tragédia ambiental que se apresenta ao mundo contemporâneo. Ao aproximar as pessoas da natureza, e ela se apresenta de forma exuberante e frequente em boa parte das cidades brasileiras, permite-se refletir profundamente sobre sua importância. O contato com a natureza, com as florestas e demais biomas, propicia sensibilizar-nos sobre a profunda conexão existente entre os seres vivos e o planeta (Figuras 5). O que de fato necessitamos? O POMC nos fez acreditar que a modernidade e os avanços técnicos libertariam o homem das limitações da natureza e, no presente, vê-se os resultados injustos e as tragédias socioambientais em que se chegou. Hoje deve-se considerar o convite à reflexão filosófica sobre novos paradigmas que Krenak (2022) nos oferece ao afirmar que o futuro é ancestral!



Figura 5. Vista parcial da urbanização fragmentada de Jundiaí – SP, no canto superior esquerdo a Serra do Japi, nela incidem diversos instrumentos de proteção ambiental (fonte: Acervo QUAPÁ, 2004)

Agradecimentos

Agradeço às bolsas de produtividade em pesquisa recebidas pelo CNPq e o rico diálogo com as(os) colegas do Lab QUAPÁ e da Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL.

Notas

¹ Cf. Conzen, M. P. (ed.). **Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998.** Oxford: Peter Lang, 2004.

² A Rede QUAPÁ-SEL é a maior rede de pesquisa na área de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, congregando pesquisadores de cerca de 30 universidades, englobando todas as macrorregiões do país.

³ Entre os quais: Macedo *et al.* (2018), Coccozza, Albieri (2022), Souza *et al.* (2022), Tângari, Andrade e Schlee (2009) e Menegheti (2009).

⁴ No curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, por exemplo, há três disciplinas no

campo da Arquitetura da Paisagem, no quarto ano ministram-se conjuntamente as disciplinas de Projeto da Paisagem e de Desenho Urbano, com conteúdos sobre SELs e morfologia urbana.

⁵ Em São Paulo, o Lab QUAPÁ pode contribuir para que o Plano Diretor Estratégico de 2014 contivesse artigos onde se definiu o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), bem como se colocou como diretriz a necessidade de se elaborar para o município um Plano de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL). O referido plano foi aprovado em 2022 pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES). Iniciativas similares vêm, a partir de então, sendo realizadas por alguns municípios do estado de São Paulo.

⁶ Por exemplo, os *fringe-belts* tão bem reconhecidos pelos estudos de M. R. G. Conzen (M.P. Conzen, 2004) e presentes em inúmeras cidades europeias, não encontram situação similar nos processos de dispersão e de fragmentação urbana de metrópoles

contemporâneas brasileiras como as de Campinas e de Sorocaba, ambas situadas no interior do estado de São Paulo e constitutivas da Macrometrópole Paulista. Já as metrópoles da Baixada Santista e do Vale do Paraíba, ambas também integrantes da mesma macrometrópole, possuem padrão de crescimento horizontal mais linear, fortemente distintos do que ocorre nas metrópoles de Campinas, Sorocaba e São Paulo.

Referências

- Almeida, L. (2024) “Áreas verdes urbanas contribuem para a prática de atividade física e melhor saúde cardiometabólica”, *The conversation Brasil*. <https://theconversation.com/areas-verdes-urbanas-contribuem-para-a-pratica-de-atividade-fisica-e-melhor-saude-cardiometabolica-242732>
- Berque, A. (2013) “A ecúmena, medida terrestre do Homem, medida humana da Terra: para uma problemática do mundo ambiente”, em Serrão, A. (ed.) *Filosofia da paisagem: uma antologia* (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa) 187-199.
- Berque, A. (2023) *Pensamento-paisagem* (EDUSP, São Paulo).
- Cocoza, G. e Albieri, L. (ed.) (2022) *Sistema de espaços livres em cidades médias brasileiras* (Sibipiruna, Uberlândia).
- Conzen, M. P. (ed.) (2004) *Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998* (Peter Lang, Oxford).
- Holanda, F. (2002) *O espaço de exceção* (Editora da UnB, Brasília).
- Krenak, A. (2022) *Futuro ancestral* (Companhia das Letras, São Paulo).
- Lozano, E. (1990) *Community design and culture of cities* (Cambridge University Press, Cambridge).
- Macedo, S. et al. (ed.) (2018) *Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil* (EDUSP, São Paulo).
- Magnoli, M. (1982) “Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana”, Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Meneguetti, K. (2009) *Cidade-jardim, cidade sustentável: a estrutura ecológica urbana e a cidade de Maringá* (EDUEM, Maringá).
- Michaelis (2024) *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. <https://michaelis.uol.com.br/palavra/5Bw9o/paisagem>
- Moura, N., Pellegrino, P. e Martins, J. R. (2014) “Transição em infraestruturas urbanas de controle pluvial: uma estratégia paisagística de adaptação às mudanças climáticas”, *Paisagem e Ambiente* 34, 107-128. <http://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i34p107-128>
- Oliveira, V. (2022) *Morfologia urbana: uma introdução ao estudo da forma física das cidades* (PUCPRESS, Curitiba).
- Pereira, C. S. e Gimmler Netto, M. M. (2015) *Fundamentos da morfologia urbana* (C/Arte, Belo Horizonte).
- Queiroga, E. (2006) “Por um paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do paisagismo”, *Paisagem e Ambiente: ensaios* 21, 55-63.
- Queiroga, E. (2012) “Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros”, Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. <http://doi.org/10.11606/T.16.2016.tde-07122016-101803>
- Queiroga, E. e Benfatti, D. (2007) “Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico”, *Paisagem e Ambiente: ensaios* 24, 81-87.
- Sanches, P. (2020) “Cidades compactas e mais verdes: conciliando densidade urbana e vegetação por meio do desenho urbano”, Tese (Doutorado em Recursos Florestais), Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, M. (1985) *Espaço e método* (Nobel, São Paulo).

Simmel, G. (2013) “Filosofia da paisagem”, em Serrão, A. (ed.) *Filosofia da paisagem: uma antologia* (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa) 42-51.

Tangari, V., Andrade, R. e Schlee, M. (2009) *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências* (FAU/UFRJ, Rio de Janeiro).

Souza, G. B. *et al.* (ed.) (2022) *Espaços livres em paisagens conurbadas: o vetor Norte da RMBH* (Editora CRV, Curitiba).

*Editoras responsáveis pela submissão: Eneida Maria Souza Mendonça, Michela Sagrillo Pegoretti.
Editor assistente: Vitor de Toledo Nascimento. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.*

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

